

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2019

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.12.2019 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pelo MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ Os valores programados de PEDU e PARU no POR Centro e POR Norte e PARU no POR Algarve encontram-se atualizados com os dados constantes no Balcão 2020, refletindo os adicionais referentes à reprogramação de 2018.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

Análise Global

A 31 de dezembro de 2019, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 28.402 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 7.405 M€ de fundo aprovado, 3.104 M€ de fundo executado e 3.243 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 22.840 operações, correspondendo a 6.192 M€ de fundo aprovado, 2.581 M€ de fundo executado e 2.693 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 5.562 operações, que correspondem a 1.213 M€ de fundo aprovado, 523 M€ de fundo executado e 550 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas continuavam a registar uma taxa média de compromisso (91%) e de execução (54%) superior aos PO Regionais do Continente (77% e 29%, respetivamente) e ao PT2020 (90% e 45%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 75%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (85%). As taxas de execução variavam entre 27% no POR Alentejo e 30% no POR Norte, POR Lisboa e POR Algarve.

O POR Alentejo foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no quarto trimestre de 2019, com um aumento de 9,3 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 2,6 p.p. no POR Norte e 4,4 p.p. nos POR Alentejo e POR Lisboa.

NUTS II	Programação	Fundo aprovado	Despesa	Pagamentos	Indicadores financeiros	
	Financeira	(AP)	validada	(PG)	(Fundo)	
	2014-2020		(VAL)		Taxa de	Taxa de
	(PR)				compromisso	execução
	Fundo	Fundo	Fundo	Fundo	(AP/PR)	(VAL/PR)
	Comunitário	Comunitário	Comunitário	Comunitário		
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Portugal 2020	25.859.522	23.362.486	11.625.057	12.207.343	90%	45%
PO Regionais do Continente	7.752.503	5.998.643	2.267.699	2.398.087	77%	29%
PO Norte 2020	3.378.771	2.530.453	1.011.999	1.066.934	75%	30%
PO Centro 2020	2.155.031	1.638.047	621.375	659.443	76%	29%
PO Alentejo 2020	1.082.944	916.256	290.013	315.703	85%	27%
PO Lisboa 2020	817.081	674.269	247.953	256.940	83%	30%
PO Algarve 2020	318.676	239.618	96.360	99.067	75%	30%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.406.050	836.527	845.205	91%	54%
PO Açores 2020	1.137.481	1.029.807	617.642	617.278	91%	54%
PO Madeira 14-20	401.226	376.244	218.885	227.928	94%	55%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2019

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 7.391 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 2.624 M€.

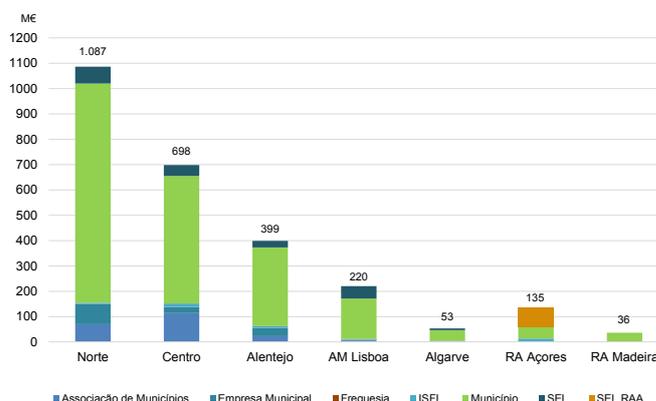
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 75% do fundo aprovado de 1.962 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.087 M€ (41% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 513 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.043). Segue-se a PI 6.2 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 376 M€ e 951 registos de operações.

No 4º trimestre de 2019, as PI 6.2 e 6.5 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 36 M€ e 32 M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 31.dez.2019



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de dezembro de 2019 encontrava-se aprovado um total de 45.178 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 19.334 M€ fundo aprovado e 8.892 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de (execução 46%). Seguem-se o Centro (33% e 34%, respetivamente) e o Alentejo com (9%, respetivamente).

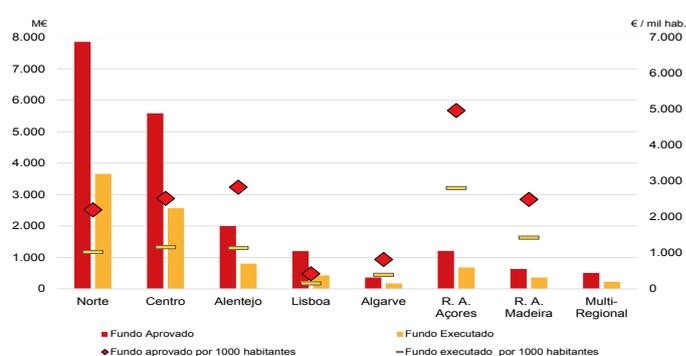
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 31.dez.2019

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	2.884	1.938	4.935	2.070	2.072	1.006	1.928	727
Norte	1.516	1.010	2.343	1.035	938	434	528	168
Centro	971	667	1.846	778	669	315	456	184
Alentejo	286	180	397	137	213	99	183	96
Lisboa	n.a	n.a	30	1	130	93	366	85
Algarve	n.a	n.a	0	0	25	20	94	55
R. A. Açores	n.a	n.a	80	39	28	20	67	5
R. A. Madeira	n.a	n.a	0	0	22	8	233	134
Multi-Regional	110	80	238	81	47	17	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.dez.2019



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2019

Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de dezembro de 2019 era de 11.692.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 3.942 registos de operações como um volume de fundo associado de 765 M€ e 283 M€ validados. Cerca de 80% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.180 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 589 M€ de FEDER aprovado e 183 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 6.570 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (6.176). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 88%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 31.dez.2019

Instrumento Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1 161 627	764 972	283 453	293 893
FEDER	683 489	547 140	219 927	224 135
FSE	414 539	160 013	52 856	59 861
FC	13 532	12 695	8 450	8 326
FEADER	50 067	45 124	2 220	1 572
PEDU	773 971	588 925	182 973	182 402
FEDER	773 971	588 925	182 973	182 402
PARU (+)	203 095	165 484	74 269	75 136
FEDER	203 095	165 484	74 269	75 136
DLBC	306 200	145 339	34 750	38 439
Costeiro	39 364	12 977	2 817	2 933
FEDER	6 535	2 512	547	650
FSE	7 829	453	15	29
FEAMP	25 000	10 012	2 255	2 255
Rural	242 265	127 598	31 347	34 831
FEDER	55 037	50 971	11 802	15 395
FSE	57 225	10 083	424	670
FEADER	130 003	66 544	19 121	18 766
Urbano	24 571	4 764	586	675
FEDER	8 490	1 584	538	609
FSE	16 080	3 180	48	66

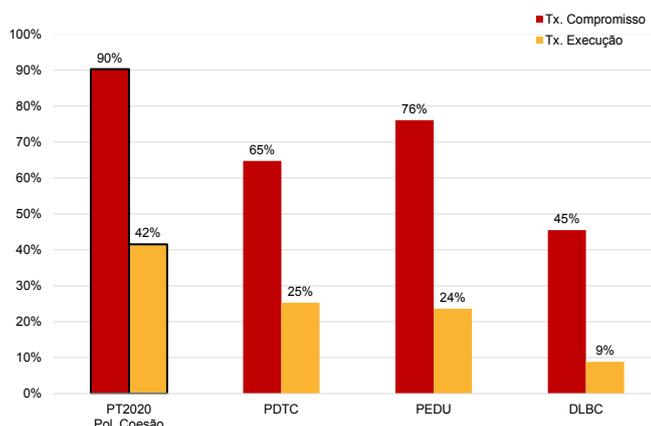
Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana—IFRRU 2020

O IFRRU é um instrumento financeiro que conjuga fundos europeus do PT 2020, empréstimos do BEI e CEB e da banca comercial. Atualmente regista um total de 190 projetos com um fundo aprovado de 27.361 M€.

O quadro apresenta a informação financeira relativamente aos projetos de **reabilitação urbana** em que os POR do Continente surgem como financiadores. Algumas destas operações são simultaneamente financiadas pelo PO SEUR na componente de eficiência energética.

Financiador	N.º de projetos	Fundo Aprovado
POR Norte	22	6.337.120
POR Centro	23	6.316.153
POR Lisboa	8	4.007.397
POR Alentejo	8	2.683.559
POR Algarve	6	4.517.028
Total	67	23.861.256

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 31.dez.2019



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No último trimestre de 2019, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (76%). Ainda assim estes valores encontram-se 14 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 65% e os DLBC uma taxa de 45%.

Os PDCT e os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (25% e 24%, respetivamente), embora abaixo dos 42% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC, a execução continua a ser pouco expressiva (9%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de dezembro de 2019

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de dezembro de 2019, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 12.211 registos de aprovações. O fundo comprometido era 1.665 M€, a execução 575 M€ e o volume de pagamentos 590 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 765 M€ e nos PEDU de 589 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada continuou a ser os PARU, com 82%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se no Alentejo (27,3%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (694). De referir ainda que o PDCT e os PEDU de Lisboa registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (10 p.p e 9 p.p., respetivamente). No caso dos DLBC foi o Alentejo que na vertente rural mais se evidenciou (+9 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de dezembro de 2019) por Região e por **Instrumento Territorial**.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
		mil euros		mil euros			mil euros	mil euros	%			
Portugal 2020	n.a.	25.856.076	352.172	40.253.611	35.809.764	23.362.486	11.625.057	12.207.343	90%	45%	52%	105%
TOTAL - IT	379	2.444.893	12.211	2.787.873	2.271.200	1.664.720	575.446	589.869	68,1%	23,5%	35,4%	103%
PDCT	22	1.161.628	3.942	1.232.029	1.024.945	764.972	283.453	293.893	65,9%	24,4%	38,4%	104%
PEDU	105	773.971	1.180	926.532	743.947	588.925	182.973	182.402	76,1%	23,6%	31,0%	100%
PARU	170	203.095	519	244.898	196.312	165.484	74.269	75.136	81,5%	36,6%	45,4%	101%
DLBC	82	306.200	6.570	384.413	305.996	145.339	34.750	38.439	47,5%	11,3%	26,4%	111%
NORTE - IT	n.a.	1.137.761	4.363	1.264.052	1.007.800	804.458	275.191	278.486	70,7%	24,2%	34,6%	101%
PDCT	8	552.939	1.577	536.376	440.065	356.670	140.401	143.861	64,5%	25,4%	40,3%	102%
PEDU	29	387.679	520	483.349	369.683	313.752	88.988	87.760	80,9%	23,0%	28,0%	99%
PARU	57	99.613	272	128.090	106.216	90.283	36.372	36.729	90,6%	36,5%	40,7%	101%
DLBC	21	97.530	1.994	116.237	91.835	43.753	9.429	10.136	44,9%	9,7%	23,2%	108%
Costeiro	2	9.543	4	618	615	276	111	118	2,9%	1,2%	42,8%	107%
Rural	16	77.487	1.967	111.687	87.351	40.426	9.239	9.926	52,2%	11,9%	24,6%	107%
Urbano	3	10.500	23	3.932	3.870	3.050	79	92	29,1%	0,7%	3,0%	116%
CENTRO - IT	n.a.	738.066	3.750	731.517	608.892	450.468	149.429	156.397	61,0%	20,2%	34,7%	105%
PDCT	8	354.252	1.295	361.920	303.383	226.335	73.072	78.985	63,9%	20,6%	34,9%	108%
PEDU	32	210.167	217	172.143	149.380	126.973	42.705	42.282	60,4%	20,3%	33,3%	99%
PARU	68	73.846	150	74.881	59.994	50.995	24.340	24.751	69,1%	33,0%	48,5%	102%
DLBC	28	99.800	2.088	122.574	96.135	46.166	9.312	10.379	46,3%	9,3%	22,5%	111,5%
Costeiro	5	14.548	153	13.548	11.733	7.143	766	842	49,1%	5,3%	11,8%	110,0%
Rural	23	85.252	1.935	109.026	84.401	39.022	8.546	9.537	45,8%	10,0%	24,4%	111,6%
ALENTEJO - IT	n.a.	363.592	2.950	438.349	376.357	271.527	99.417	104.346	74,7%	27,3%	38,4%	105%
PDCT	5	165.137	806	190.584	165.263	123.470	48.458	49.089	74,8%	29,3%	39,8%	101%
PEDU	26	111.124	206	113.625	102.503	87.008	27.999	30.416	78,3%	25,2%	35,0%	109%
PARU	32	21.091	62	30.426	23.200	19.720	12.180	12.231	93,5%	57,8%	62,0%	100%
DLBC	11	66.240	1.876	103.714	85.390	41.329	10.779	12.609	62,4%	16,3%	30,5%	117%
Costeiro	1	3.776	30	3.894	2.585	1.606	461	492	42,5%	12,2%	30,6%	107%
Rural	10	62.464	1.846	99.820	82.805	39.722	10.318	12.118	63,6%	16,5%	30,5%	117%
A.M. LISBOA - IT	n.a.	176.654	863	324.431	256.971	127.190	47.510	46.672	72,0%	26,9%	36,7%	98%
PDCT	1	89.300	264	143.150	116.233	58.498	21.522	21.958	65,5%	24,1%	37,5%	102%
PEDU	18	65.000	237	157.415	122.381	61.190	23.282	21.943	94,1%	35,8%	35,9%	94%
DLBC	13	22.354	362	23.866	18.356	7.501	2.707	2.771	33,6%	12,1%	36,9%	102%
Costeiro	2	5.306	47	4.110	3.878	1.991	731	728	37,5%	13,8%	36,6%	100%
Rural	2	6.783	227	16.610	11.808	4.273	1.568	1.591	63,0%	23,1%	37,2%	102%
Urbano	9	10.266	88	3.145	2.670	1.237	408	451	12,1%	4,0%	36,4%	110%
ALGARVE - IT	n.a.	28.820	285	29.523	21.181	11.077	3.900	3.968	38,4%	13,5%	35,8%	102%
PARU	13	8.545	35	11.501	6.902	4.486	1.376	1.425	52,5%	16,1%	31,8%	104%
DLBC	9	20.276	250	18.022	14.279	6.591	2.524	2.543	32,5%	12,4%	38,6%	101%
Costeiro	2	6.191	25	5.131	4.532	1.960	748	753	31,7%	12,1%	38,4%	101%
Rural	3	10.280	201	11.587	8.766	4.154	1.676	1.658	40,4%	16,3%	39,9%	99%
Urbano	4	3.805	24	1.304	981	476	99	132	12,5%	2,6%	27,8%	133%